

## ***NADA A COMEMORAR***

---

**HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS\***  
*Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas*

Não há o que comemorar em matéria social ou econômica, neste 2003. Os êxitos alcançados pela política financeira do atual Governo Federal, tais como contenção da inflação, valorização do real ante o dólar, valorização dos títulos da dívida externa e outros, não se refletiram minimamente na situação dos segmentos da população situados na classe média ou trabalhadora.

A participação dos salários no Produto Interno Bruto (PIB) é a menor dos últimos 13 anos. No governo anterior (entre 1994 e 2002) a participação da remuneração do trabalho no PIB desabou de 40, 11% para 36,14%. São os números mais adversos em 13 anos, desde que a avaliação começou a ser feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Uma redução de 9,23 pontos percentuais em relação aos 45,37% anotados em 1990.

Segundo o gerente de Contas Nacionais do IBGE, Gélío Bazoni, a preocupação em manter o emprego evitou que os trabalhadores se mobilizassem para conseguir melhores condições na relação com as empresas.

Quanto aos empresários, estiveram (estão a braços) com a manutenção de seus empreendimentos, porque os resultados da queda de juros determinada pelas autoridades monetárias, ainda não se refletiram em um período estável de aumento do consumo, em face da constante queda do poder aquisitivo da maioria da população, como é possível constatar pelos sucessivos índices periodicamente divulgados.

A diminuição da participação dos salários e do poder aquisitivo da população apresenta um contraste com o aumento da arrecadação de impostos, como consequência de um permanente arrocho tributário. No mesmo período em que a renda dos trabalhadores se achatou, a participação da arrecadação de impostos no PIB passou de 15,5% para 17,36% no PIB. Também se elevou, de 32,56% para 41,93% a fatia de lucros, juros e dividendos de empresas e bancos.

A opinião pública, embora sensível à realidade de que este é o primeiro ano de uma nova situação na área federal, manifesta contrariedade e pessimismo com o atual estado de coisas. Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que ouviu duas mil pessoas, informa que 88,4% dos consultados acreditam que a violência não diminuiu no atual governo; 88,1% são favoráveis à redução da maioria penal como caminho para diminuir essa violência; 72,3% avaliam que a corrupção nos três Poderes é grave e 70,3% acham que o desemprego é igual ou maior do que no governo anterior.

Apesar disso, o desempenho pessoal do Presidente da República continua sendo visto com bons olhos. Nada menos de 69,9% aprovam o desempenho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ninguém de bom senso pode exigir que as questões econômicas e sociais de uma nação, acumuladas ao longo de décadas, sejam resolvidas em um ano. Essa é uma verdade cristalina. Mas também o é que tudo tem um prazo.

De agora em diante, a atual administração federal terá que apresentar algum resultado positivo para os segmentos mais sacrificados da população. Sob pena da impaciência da opinião pública mais se acentuar.